

CABANAGEM: DIÁLOGOS ENTRE NOVOS OLHARES

Ian Costa Paiva¹

Ao tratar das significativas razões as quais fundamentaram o início do processo revolucionário cabano ocorrido ainda quando o Brasil enfrentava diversas tensões sociais e morais relacionadas à província do período oitocentista, far-se-ia de extrema necessidade analisar a narrativa historiográfica fortalecida por Cláudia Fuller a partir da obra *Os Corpos de Trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará (1838- 1859)*; Luís Balkar Pinheiro, através da obra *O Ensaio Geral da Cabanagem: Manaus, 1832*, e por fim, Magda Ricci, pela obra intitulada *Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840*, objetivando a proposição de um estudo revisionista acerca das construções discursivas e dos conceitos historiográficos propostos pelos autores.

Primeiramente, partindo do conceito de revolução, palavra, aliás, muito propagada durante o período de efetivação dos atos patrióticos cabanos, elucidaremos aquilo que se denomina ou que se reconhece como revolução, postulado pelo historiador medievalista Jacques Le Goff, analisando a obra *As Raízes Medievais da Europa*, tendo sua 4ª edição publicada em 2011 pela Editora Vozes.

O que se conceitua como revolução, de acordo com as análises realizadas na obra, é uma total ruptura às ordens administrativas, organizacionais, institucionais e políticas de determinada sociedade em detrimento de uma reconfiguração moral ou social, tal qual ocorrida ainda em meados de 1830 na província do Grão-Pará. Portanto, ao pensar o movimento cabano sendo como um movimento de cunho revolucionário, tal movimento parte, em primeiro momento, pela extrema necessidade separatista e emancipatória visada entre a multiétnicidade que outrora tivera suas identidades estabelecidas em espaços de múltiplas tensões os quais refletiam os interesses das estruturas provinciais.

Ao pensar acerca dos olhares hierárquicos provinciais estabelecidos nas províncias do Grão-Pará como sendo um espaço diverso, rico em seu adensamento de solo e suas pluralidades identitárias e que, portanto, de amplo interesse imperial para o fomento da economia do Brasil, olhares

¹ Bacharelado em História, Universidade Federal do Acre (Ufac). E-mail: ianpaiva20@gmail.com

gananciosos foram voltados às regiões para que desta forma a estrutura de poder regente pudesse fomentar parte do seu interesse de modo que levasse, de forma significativa, a interrupção ou o bloqueio da sazonalidade e conseqüentemente dos modos de vida das populações indígenas, negras e mestiças como parte da região.

Ademais, tais sujeitos históricos e sociais se fizeram incisivamente presentes na luta contra o domínio imperial sob o protesto da má administração portuguesa estabelecida nas regiões, de modo a materializar suas lutas a partir de necessidades diversas na figura que fora construída do então principal “líder” cabano, Félix Antônio Malcher, como interventor ou mediador. “Este primeiro presidente cabano foi empossado pelo povo e, um mês e meio depois, assassinado por seus próprios partidários” (Ricci, 2007, p.17).

Após abraçar os ideais revolucionários e emancipatórios protagonizados por esses atores sociais, Malcher rompe com a institucionalidade provincial, entretanto, crescem seus discursos em cima de uma narrativa constitucionalista com o objetivo da ruptura total dos sujeitos cabanos para manejar a seu favor, como as evidentes imposições da desumanização de mão de obra cativa a fim dar início ao “sequestro”, objetivando arregimento para trabalho compulsório e, conseqüentemente, coibir e restringir além do que já estava proposto pelo poder regencial com o afastamento das ancestralidades indígenas e negras sob narrativa do julgamento como sendo sociedades ou organizações “primitivas”, ou longe do grau de “civildade” conceituado no mundo europeu que fora importado pela regência. Discursos e ações incongruentes para com as necessidades da massa revolucionária cabana culminaram em sua morte.

A partir da ascensão do movimento revoltoso, tais fenômenos começam a passar por um largo processo revisionista com caráter sistemático somente a partir de 1865. Inicialmente, por ter sido enxergado o movimento cabano como sendo separatista e emancipatório, foi vista pela lente elitista que tal movimento se fundamentou por razões contrárias ao nacionalismo e ao patriotismo, simbolismos estes os quais se fizeram presentes para a imagem das estruturas institucionais. Nessa primeira interpretação levantada principalmente por óticas segmentadas pelo império, a massa cabana foi interpretada como um grupo de revoltosos antinacionalistas e com interesses que não correspondiam aos postos pelos ideais “patrióticos” com o objetivo da construção de um Estado nação que representasse tais valores.

Entretanto, somente durante o decorrer das décadas de 1920 e 1930 que esses estudos ganham outras interpretações. As novas interpretações postas para a análise justificam-se por meio da narrativa

de que por ter se tratado de um movimento de resistência e de luta contra as ordens e a má administração imperial é que a massa cabana é entendida, neste segundo momento, não como apartidária ou revoltosa, mas como organizações de extrema complexidade que se fizeram de forma bastante objetiva no movimento de emancipação de vidas e dos modos indígenas, negros e mestiços, em se aproximar da fauna aquática para a pesca, ou do manejo de plantas e ervas sagradas para a cura, bem como a comercialização e o transporte de especiarias próprias da província do Grão-Pará em prol de uma economia de subsistência.

Por conseguinte, ao se falar em emancipação, faz-se bastante necessária a fundamentação daquilo que se pode compreender enquanto processo. Emancipação, aqui tratada, não diz respeito aos atos de tomada do poder, bem como da penetração dos revolucionários às estruturas provinciais, mas da retomada aos seus respectivos modos de (re) existências dos quais foram bloqueados em detrimento do interesse imperialista.

Houve quem o percebesse como uma guerra de Independência tardia, ou mesmo como um movimento nacionalista. Neste contexto, os cabanos deixaram de ser tratados como “malvados” e “sediciosos”, para se tornarem “patriotas”, conceito entendido como cidadãos adeptos da “causa brasileira”. Nascia uma linha positiva e de continuidade nacionalista entre o processo de emancipação política no Pará e o movimento cabano. (Ricci, 2007, p.8).

Por fim, os olhares marxistas entregaram ainda uma nova interpretação do que fora todo o processo. Caio Prado Júnior, historiador brasileiro, revisitou os fenômenos ligados à luta cabana para propor uma nova perspectiva histórica que atravessa, conseqüentemente, os ideais de sua época, já que fora um grande expoente na linha de frente da militância do Partido Comunista Brasileiro e adepto à filosofia dialética-materialista. “Os cabanos tornaram-se exemplos de rebeldes primitivos. Muitos dos principais autores que escreveram nos anos 1970 e 1980, tempos dos 150 anos da Cabanagem, seguiram alguns dos principais passos traçados por Prado Júnior” (Ricci, 2007, p.9).

Caio Prado, em análise à obra Formação do Brasil Contemporâneo, publicada em 2011 pela Companhia das Letras, entende, portanto, os movimentos protagonizados pela massa cabana como o único movimento revolucionário de tomada de poder, tendo em sua análise a incisiva relação em que os cabanos revolucionários tiveram pela emancipação política. Portanto, o revisionismo proposto por Prado Júnior levou velozmente os olhares marxistas ao processo histórico entendido como Cabanagem.

Neste momento, partindo de outra análise, dedicaremos os versos adiante ao estudo do processo que se deu de apropriação ou sequestro de corpos indígenas, negros e mestiços para o

recrutamento do trabalho compulsório, a fim de compreendermos, de forma objetiva, quais eram os indivíduos potencialmente recrutáveis, como também o conceito de vadiagem utilizado como critério para os processos de recrutamento.

Inicialmente, considerando as proporções acentuadas que se deram a respeito do movimento cabano, as estruturas governamentais da província do Grão-Pará consideraram extremamente valiosa a ideia de desenvolver políticas de repressão e de controle social a fim de manter, os que foram tidos para a elite local como vadios, à mercê do interesse provincial. Mas afinal, qual seria o interesse da província em delimitar os espaços, o tempo e as atividades próprias desses “vadios”? Com o reconhecimento que o poder tomou sobre a massa cabana, foi-se percebendo a força e o alinhamento de suas mobilizações e revoltas contra as ordens institucionais, o que levou a província a crer que se houvesse uma coibição ou um bloqueio, e a partir disso o sequestro da mão de obra dos sujeitos históricos subalternizados, reduzir-se-ia, portanto, à “ociosidade” e à força para se articular em outros movimentos de insubordinação protagonizados pela massa cabana.

Assim, de maneira geral essa historiografia voltou-se especialmente para a análise da inserção dos Corpos em um conjunto de medidas de controle social e prevenção de novas cabanagens, e também para tentar explicar as consequências de sua implantação. (Fuller, 2011, p. 53).

Apesar de esse ter sido um dos fatores precursores, não foi o único. Com o crescimento da ideologia de um suposto avanço no que tange à urbanização da província, em abril de 1838 o governador da província, José de Souza Soares d’Andrea, autoriza a criação dos Corpos de Trabalhadores em todas as vilas regidas por tal com o objetivo de recrutar trabalhadores para compor o quadro de serviços ligados às ordens da província. A partir de então, foram-se alocados operários não somente nos setores de obras públicas, mas também nos setores privados a depender da expansividade tida nos órgãos e setores públicos para então desenvolver trabalhos braçais em nome do falso moralismo imposto pelo governo, objetivando mitigar com o cenário público da vadiagem; da ociosidade; da indolência em que a massa cabana foi frequentemente acusada.

A partir de muito cedo foi tido como naturalizado o olhar eurocentrado, como um braço da colonialidade, em relação às sociedades que receberam o impacto colonialista. Tal afirmação se concretiza, de forma incisiva, a partir dos próprios adjetivos que eram frequentemente implantados no imaginário governamental para se referir às massas cabanas que outrora foram tidas como pessoas ociosas; vagabundas; vadias, embora tivessem seus respectivos modos voltados ao trabalho excessivo, como o da aproximação à fauna aquática ou à tecelagem para a subsistência e também para relações

comerciais sem o intermédio do colonizador. Apesar de terem o domínio de suas relações econômicas, sociais, e fundamentalmente culturais ditadas pelo trabalho desde o princípio, foram assim denominadas pelo olhar colonialista importado pelo governo imperial através da insignificância das relações de produção com o molde industrial europeu as quais não fizeram parte, neste momento, das identidades negras, indígenas e mestiças da província.

Ademais, por dialogar com múltiplas identidades como parte decisiva do processo revolucionário emancipatório é que Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro, na obra *O Ensaio Geral da Cabanagem: Manaus, 1832* busca elaborar para a compreensão e análise do processo histórico não como sendo unilateral de necessidades únicas e correlatas às demais figuras como elemento fundamental, mas que ao enxergar a pluralidade de interesses de acordo com os sujeitos analisados historicamente, possibilita uma conceituação mais ampla e não linear proposta inicialmente, de modo a romper com a periodização temporal imposta pela dita “modernidade”, a partir das dicotomias impostas entre o velho e o moderno.

Por fim, a depender do estudo feito a respeito de determinados protagonistas, as obtenções de razões se tornam diversas para a materialização da luta. Por exemplo, ao se tratar do discurso nacionalista e patriótico adotado por Malcher e por demais “líderes”, veremos que a intencionalidade não é nada correlata aos discursos emancipatórios de parte da massa, já que reivindicavam pela libertação da influência imperialista em seus corpos, saberes e fazeres. Postula ainda que o movimento cabano não deve ser analisado de forma periodizada, ou datadas especificamente, mas compreender como um fenômeno não linear de tensões desde a primeira metade da década de 1830, e que finalmente rompe em momentos após o início da ascensão dos movimentos cabanos. Nas palavras de Balkar, “por entendê-la dessa forma é que se tem evitado esboçar uma cronologia estabelecida a partir de fatos isolados.” (Pinheiro, 2009, p.1).

REFERÊNCIAS

FULLER, Cláudia. Os Corpos de Trabalhadores e a organização do trabalho livre na província do Pará (1838- 1859). **Mundos do Trabalho**, vol. 3, n. 6, p. 52-66, julho/dezembro de 2011.

JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo**. Vol. 1, n. 1, p. 23-48, novembro de 2011.

LE GOFF. Por uma longa Idade Média. In: **O imaginário medieval**. Lisboa: Estampa, 1994, pág. 35-41.

PINHEIRO, Luís Balkar. **O Ensaio Geral da Cabanagem: Manaus, 1832**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

RICCI, Magda. **Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840**, Instituto de História/Universidade Federal Fluminense – Rio de Janeiro, 2007.

Data de submissão: 13/10/2023
Data de aprovação: 28/02/2024